

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Procedimento, Sanções e Aplicação Racional

Atualizado de acordo com o novo Código de Processo
Civil e com a Lei Complementar nº 157/2016

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2018

© 2017 Editora Fórum Ltda.
2018 2ª edição revista, ampliada e atualizada

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

A524i Amorim Junior, Silvio Roberto Oliveira de

Improbidade Administrativa: procedimento, sanções e aplicação racional / Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior. 2. ed. rev., ampl. e atual. – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

170p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0592-6

1. Direito Público. 2. Teoria do Direito. 3. Filosofia do Direito. I. Título.

CDD: 341

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AMORIM JUNIOR, Silvio Roberto Oliveira de. *Improbidade Administrativa*: procedimento, sanções e aplicação racional. 2. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 170p. ISBN 978-85-450-0592-6.

11-12-2013

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 2	
A RENOVADA VISÃO AXIOLÓGICA DO DIREITO NA PÓS-MODERNIDADE	21
2.1 Considerações iniciais	22
2.2 Direito e moral	25
2.3 Moral e valores: necessária racionalização	29
2.4 Modernidade, segunda modernidade e dever de racionalidade das decisões judiciais	34
2.5 Racionalidade das decisões jurisdicionais	40
2.6 A Constituição: da folha de papel à força normativa.....	44
2.6.1 A folha de papel.....	46
2.6.2 A força normativa.....	48
2.7 Da constituição pura à constituição aberta	50
2.7.1 A constituição pura	51
2.7.2 A constituição aberta.....	52
2.8 A constituição pós-positivista.....	55
2.8.1 O caso Lüth.....	58
2.8.2 O pós-positivismo.....	60
CAPÍTULO 3	
A LEI DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, A PROPORCIONALIDADE E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	63
3.1 Considerações iniciais.....	63
3.2 A Lei de Improbidade Administrativa	64
3.2.1 Reminiscências históricas.....	64
3.2.2 A Constituição, a Lei nº 8.429/1992 e o Princípio Republicano.....	67
3.2.3 A natureza jurídica da ação de improbidade administrativa	70

3.2.4	As disposições normativas da Lei nº 8.429/1992	73
3.3	As espécies dos atos de improbidade administrativa	76
3.4	Princípios constitucionais e sopeso na Lei da Improbidade Administrativa	79
3.5	A Proporcionalidade	84
3.5.1	Características constituintes da proporcionalidade	85
3.5.2	A proporcionalidade e a Lei da Improbidade Administrativa	86
3.6	A proporcionalidade e o Supremo Tribunal Federal: crítica necessária	91
3.6.1	Racionalidade principiológica e o Supremo Tribunal Federal	91
3.6.2	Análise e aplicação, pelo Supremo Tribunal Federal, da proporcionalidade no âmbito da prática de atos que caracterizam improbidade administrativa.....	97

CAPÍTULO 4

	CONTRIBUIÇÕES PARA PROCEDIMENTO DELIMITADOR DA EFETIVA EXISTÊNCIA DE ATOS ÍMPROBOS E PARA RACIONALIDADE NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 8.429/1992	105
4.1	Considerações iniciais.....	105
4.2	Juízo de improbidade e juízo de dosimetria das sanções descritas na Lei nº 8.429/1992: julgamento paradigmático do Superior Tribunal de Justiça.....	106
4.3	Primeira contribuição: observância de procedimento que indique a efetiva prática de ato de improbidade administrativa	109
4.3.1	Conceito do ato de improbidade administrativa	110
4.3.2	O(s) sujeito(s) ativo(s) do ato de improbidade administrativa e a necessidade de individualização de condutas	111
4.3.3	O(s) sujeito(s) passivo(s) do ato de improbidade administrativa e a necessidade de individualização do(s) lesado(s)	116
4.3.4	A caracterização do ato como formalmente ímprobo	117
4.3.5	A caracterização do ato como materialmente ímprobo	120
4.3.6	A relação de causalidade no ato de improbidade administrativa	125

4.4	Segunda contribuição: parametrização das sanções fixadas pela Lei nº 8.429/1992, a partir de análise circunstanciada de seu respectivo art. 12.....	127
4.4.1	O primeiro parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	129
4.4.2	O segundo parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992.....	130
4.4.3	O terceiro parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992.....	132
4.4.4	A reunião dos parâmetros do art. 12, da Lei nº 8.429/1992 ...	134
4.5	Terceira contribuição: uso de outros critérios normativos na aplicação racional das sanções de atos ímprobos.....	136
4.5.1	A potencialidade lesiva do ato ímprobo no meio social e como fator impeditivo da concretização dos Direitos Humanos.....	137
4.5.2	A aplicação da Lei nº 8.112/1990.....	143
4.5.3	A aplicação da Lei nº 12.846/2013.....	146
4.5.4	A aplicação da pena-base e das circunstâncias agravantes e atenuantes do Código Penal	148
	CONCLUSÕES	155
	REFERÊNCIAS.....	161
	ANEXO 1: método para caracterização do ato ímprobo.....	169
	ANEXO 2: método para aplicação das sanções da Lei nº 8.429/1992 ..	170